

Arquivo de Cascais

BOLETIM CULTURAL DO MUNICÍPIO

N.º 4

1982



Nossa Senhora da Conceição do Porto Seguro
Capela do Hospício em Cascais

Coimbra

A VILLA ROMANA DO ALTO DO CIDREIRA EM CASCAIS

por José d'Encarnação
Guilherme Cardoso
Jeannette U. Smit Nolen

Como centro de exploração agrária, conceberam os Romanos a *villa*, que tem no actual monte alentejano um sucessor fiel. De facto, são flagrantes as semelhanças existentes entre uma realidade e outra, com a sua casa senhorial mais ou menos luxuosa e confortável, as dependências para os trabalhadores, os celeiros, as arrecadações de alfaias e, por vezes, o lagar e a adega. De tal modo que muitas vezes se afirma «debaixo de cada monte alentejano há uma *villa* romana».

As *villae* não constituem, porém, um exclusivo do território português a sul do Tejo. No concelho de Cascais já detectámos várias, umas ainda por explorar e outras que nunca chegarão a sê-lo, porque a escavadora urbanizante lá chegará primeiro... Duas são conhecidas: os *Casais Velhos*, plantados numa colina sobranceira ao Guincho, onde a agricultura se aliou à actividade industrial ⁽¹⁾, e a *villa* do Alto do Cidreira, em Carrascal de Alvide, freguesia de Alcabideche.

(1) Cfr. D. António de Castello BRANCO e O. da Veiga FERREIRA, *Novos Trabalhos na Estação Lusitano-Romana da Areia (Guincho)*, «Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães—Boletim n.º 2», Cascais 1971 p. 69-84.

Impressionante testemunho do séc. XIX

Sita também ela num outeiro, donde se abarca panorama deslumbrante (*foto 1*), a *villa* do Alto do Cidreira foi referida pela primeira vez por Francisco Paula e Oliveira como uma das antiguidades romanas dos arredores de Cascais, concelho que ele percorrera demoradamente em 1889. Dessa visita deixou apontamentos, postumamente publicados em francês no tomo II das «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal» (1888-1892, p. 85-108). Aos vestígios aí encontrados dedicou Paula e Oliveira estas linhas:

«Um quilómetro a poente de Abujarda, observa-se uma quantidade imensa de restos de materiais de construção e de fragmentos de cerâmica, espalhados pelo chão e ocupando uma área muito extensa. Lajes talhadas, fustes de colunas, em mármore de Porto Covo e de Sintra, aí se encontraram também. Podem até ver-se ainda ruínas de edifícios aflorando à superfície do solo. Tudo indica que uma numerosa população aí habitou outrora. A parte inferior das construções foi dum modo geral bastante poupada, protegida como estava pelos escombros da outra parte. No entanto, com o tempo todos estes restos foram nivelados e a charrua corre hoje livremente sobre este terreno outrora habitado. As escavações a que mandei proceder neste local permitiram-me descobrir duas ou três casas enterradas; aí pude recolher, entre outros objectos de menor valor, o fragmento duma pedra inscrita e diversos fragmentos de mosaico romano».

Félix Alves Pereira — o entusiasmo e a decepção

Um outro arqueólogo, Félix Alves Pereira, percorreu o concelho em demanda de antiguidades nos começos do séc. XX. Passou em 1915 pelas *Sancidreiras*, «abundantes em tejos antigos à superfície do solo» («O Archeologo Português» XXI 1916 p. 207), tendo sido então informado que o Sr. Visconde

de Coruche lá efectuara escavações. No entanto, dando conta, num dos números do jornal «A Nossa Terra» de Novembro de 1917, de posterior visita ao local, F. Alves Pereira já fala da «existência de envasamentos de vastos edifícios antigos, que só uma exploração metódica e urgentíssima valorizará devidamente». E acrescenta:

«Em alguns sítios os restos, ainda subsistentes à superfície do solo, são muito abundantes e acusam a civilização romana e quiçá posterior».

Mais tarde, indo novamente ao Alto de Alvide, descobre F. Alves Pereira («O Archeologo Português» XXIII 1918 p. 50-51), no sítio designado por *Bom Sucesso*, três tanques de construção romana (revestidos a *opus signinum*), destinados certamente a fins industriais: um deles de dimensões consideráveis (6×3×1,10 m); um outro, próximo, mais pequeno (1,50×1,50×0,72 m), mas decerto para exercer funções conjugadas com o primeiro; o terceiro, mais afastado, era bastante menor (0,45×0,45×0,40 m). D. José Pessanha reconheceu a importância das ruínas e a Associação dos Arqueólogos desobstruiu os tanques à sua custa; a conservação deles, porém, foi confiada à Câmara de Cascais. Tudo isso foi parcialmente destruído na década de 60, aquando da implantação de moradias no local.

Mas as atenções de F. Alves Pereira não se quedaram por aí. Subiu ao Alto do Cidreira, que assim descreveu, entusiasmado:

«No alto, em redor do qual se dilata um amplíssimo e soberbo panorama, são visíveis ainda trechos de paredes de sólidas cantarias de grés, e, no solo, uma prodigiosa cópia de cerâmica romana, doméstica e de construção, pedaços de betonilha de tijolo, fragmentos de mármore serrados, indicativos dum denso núcleo de população sedentária, que intencionalmente se estabeleceu em um sítio padrasto, dominador e desafrontado. Sabem os leitores que sítio é este? São as Sanchidreiras (ou Encidreiras, como este ano ouvi)» («O Archeologo Português» XXIII 1918 p. 52).

Para logo cair em si, desencantado, numa tirada pungente de flagrante actualidade:

«Não é de esperar que se empreendam escavações em relação com a importância dos vestígios que lá estão, à vista de toda a gente. E contudo provável é que, para a história e para a arqueologia, nem dinheiro nem tempo fossem malbaratados.

(...) A charrua lá vai todos os anos, impelida pelo génio inconsciente da destruição, romper obstinadamente a terra que cresceu a envolver aquelas ruínas, deslocando mais uma pedra, dispersando mais um resto de betonilha, pulverizando mais um fragmento de cerâmica, obliterando mais uma linha na página que se deveria escrever sobre aqueles despojos.

Resignemo-nos a esta maldição dos nossos dias» (*ibidem* p. 53).

Uma mini-máscara e o surto urbano

De facto, como que obedecendo ao negro vaticínio de Alves Pereira, as ruínas por ali ficaram adormidas, anos sem fim, por sobre elas passando inexoráveis os ventos da negligência daqueles a cujo cuidado haviam sido confiadas...

Mas, nos começos da década de 70, um de nós (G. C.), que finalmente localizara os vestígios, soube dum achado: ao ceifar erva, Maria Coelho encontrara uma mini-máscara (5×3,5 cm) de terracota, representando um negro (*foto 2*) em expressão de extraordinário realismo «misturada com um sarcasmo impressionante» (2).

Era indubitavelmente uma peça romana. Mais uma a chegar, portanto, às palavras de F. Alves Pereira. E assim a

(2) D. António de Castello BRANCO, O. da Veiga FERREIRA e Guilherme Pereira CARDOSO, *Descoberta de uma mini-máscara de «terra cota» na estação lusitano-romana do Alto da Cidreira (Cascais)*, «Estudos Italianos em Portugal» n.º 33-35 1970-72 p. 101-104, p. 102.

Direcção-Geral do Património Cultural inicia, em 1973, o processo de classificação da área arqueológica.

No entanto, o «amplíssimo e soberbo panorama» era apetecido. No «Diário da República» de 27 de Dezembro de 1976 (II série, n.º 299, p. 8501/2) um despacho do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção determina a expropriação dos terrenos em causa a fim de a Cooperativa de Habitação Económica CHESA aí poder instalar o seu bairro, cujo antepiano de aproveitamento urbanístico era aprovado. Precisamente aí. Chama-se por isso a atenção das entidades responsáveis. A Câmara Municipal de Cascais interroga a Direcção-Geral do Património Cultural (Ofício n.º 8671 de 22-8-77). A resposta é peremptória:

«(...) Quaisquer trabalhos — de urbanização ou de outra natureza — não serão autorizados no âmbito da estação arqueológica» (Ofício n.º 8846, 15 SET 77).

Nesse mesmo ano de 1977 se efectuam as primeiras sondagens. O espólio foi significativo: inúmeros fragmentos de *terra sigillata*, três moedas romanas de bronze, pedaços de alfinetes em marfim... Era, sem dúvida, uma estação importante, a preservar.

Outras campanhas se programam, de sondagem e de escavação, de modo a dotar o Município do maior número de fundamentos legais para agir. Assim se fez em 1980 e 1981.

Um as termas romanas

Realizados de 29 de Setembro a 11 de Outubro, os trabalhos de 1980 cingiram-se a estreita faixa de terreno, a única em que nos foi permitido escavar. Puseram-se a descoberto estruturas de características pouco definidas, entre as quais um pequeno tanque semicircular com seu canal de escoamento. Espólio cerâmico e numismático nem abundante nem particularmente significativo.

Mas despoletou-se na Câmara o processo para expropriação ou compra dos terrenos — presa cada vez mais apetecida pela construção clandestina...

Foi justamente o facto de mais uma casa se começar a fazer dentro dos limites da área arqueológica que levou o Executivo Municipal — face a veemente alerta nosso — a encarar a gravidade da situação, deliberando na sessão de 24 de Agosto de 1981:

- «a) Delegar no presidente da Câmara competência para mandar demolir imediatamente qualquer obra clandestina;
- b) Tomar posse administrativa de sete terrenos inscritos na matriz da freguesia de Alcabideche;
- c) Solicitar à G.N.R. o envio de piquetes para o local, a fim de evitar que ali se construa;
- d) Recomendar aos Serviços de Fiscalização que prestem ao assunto o maior interesse.»

Foi na sequência dessa deliberação que se tornou possível estender a escavação à zona onde os vestígios arqueológicos superficiais eram mais evidentes: pedras aparelhadas, cerâmica, dezenas de tesselas.. Esse terreno, inculto desde há muito, encontrava-se coberto de ervas e de lixo.

A campanha de 1981 (*foto 3*) efectuou-se de 17 de Setembro a 1 de Outubro, com a equipa de estudantes do ensino liceal e universitário ligados ao Agrupamento n.º 75, do Estoril, do Corpo Nacional de Escutas, já nossos colaboradores em anteriores escavações.

Concluiu-se então que o tanque posto a descoberto no ano anterior pertencia a um complexo termal.

Era hábito dos Romanos construir banhos junto das suas moradias. Esses banhos constavam geralmente de três zonas distintas, consoante a temperatura da água: o *frigidarium*, zona dos banhos frios, o *tepidarium*, zona semi-aquecida, e o *caldarium*. Este último era habitualmente constituído por uma sala, o hipocausto, cujo pavimento, assente em arcos de

tijolo, ficava aquecido pelo ar quente que através deles passava, proveniente duma espécie de lareira, o *prae-furnium*, cujo fogo aquecia não só o ar sob o pavimento como também a água destinada às banheiras.

Ora, no Alto do Cidreira se *tepidarium* existiu dele já não restarão vestígios; mas o tanque faz parte do frigidário e também identificámos, ainda que muito destruídos, o *prae-furnium* e o hipocausto com seus arcos em tijolo.

Registe-se como nota curiosa que a *villa* dos Casais Velhos tem igualmente termas conservadas, com as três zonas bem definidas.

A confirmação esperada

Contudo, a maior descoberta de 1981 consistiu na confirmação plena das notícias publicadas por F. Paula e Oliveira e F. Alves Pereira.

Afortunadamente, exumámos as tais «duas ou três casas enterradas», com os pavimentos praticamente intactos e paredes argamassadas (*foto 4*). Não se trata, evidentemente, de casas no sentido próprio do termo mas sim de divisões dum mesmo edifício, quiçá dos baixos da casa senhorial, que teria ao tempo dos Romanos um piso superior decerto pavimentado a mosaico, pois são inúmeros os fragmentos encontrados (*foto 5*), policromos alguns, e contam-se por milhares as tesselas que enxameiam os escombros.

Só a continuação dos trabalhos nos permitirá tirar mais conclusões e definir, por exemplo, o significado das condutas de água postas a descoberto a nascente da habitação. Mas, para já, um dado se regista e se realça: os vestígios arqueológicos do Alto do Cidreira constituem um legado cultural que interessa a todo o custo valorizar e preservar.

Acrescentemos mais algumas linhas, a propósito do material encontrado.

As *moedas* são, sem dúvida, um elemento importante: porque estão datadas, permitem — quando achadas numa

estratigrafia definida — estabelecer limites cronológicos. Do Alto do Cidreira, há até agora nove bronzes, talvez do Baixo Império, alguns porém tão deteriorados que difícil será a sua identificação; a moeda mais bem conservada ostenta a effigie de Júlia Mameia, mãe do imperador Severo Alexandre, falecida em 235 da nossa era (*foto 6*).

Há *pesos de tear* (*foto 7*) — sintoma duma actividade têxtil. Conseguimos reunir os fragmentos duma bonita colheirinha em osso, que os Romanos designavam por *ligula*. Há fragmentos de *mós* — indiciando a natural actividade agrícola. Telhas, tijolos, pedras molduradas — parte integrante da construção. E cerâmica — sobre ela a palavra para a Dr.^a Jeannette U. Smit Nolen, nossa colaboradora desde o primeiro momento:

O quotidiano através da cerâmica

Jeannette U. Smit Nolen

Infelizmente, toda a cerâmica do Alto do Cidreira está completamente fragmentada, de maneira que não podemos apresentar uma colecção de perfis completos nem, em muitos casos, podemos adivinhar a forma exacta que o mero fragmento agora encontrado representa. No entanto, será possível, neste estudo preliminar, dar uma ideia da grande variedade de louça usada na armazenagem, na preparação e no servir da comida, de que a dona de casa cascaense dispunha na época em que a *villa* do Alto do Cidreira era habitada. Há, porém, que ter em conta que ainda não tivemos tempo suficiente nem dispomos de todo o material para fazer um estudo aprofundado e completo desta cerâmica, de forma que temos consciência de que vários pormenores aqui expostos podem ainda sofrer alteração. Todavia, as ideias principais e mais importantes já são bastante certas para poderem ser divulgadas agora.

Os recipientes da despensa

Antes de começar a preparação das comidas, a dona de casa recorria, se calhar, à despensa para os ingredientes ali guardados. Por isso, havia talhas grandes e pequenas, não muito diferentes das que hoje em dia se encontram por exemplo no Alentejo. Serviam talvez para azeitonas, trigo ou milho, etc. Duma delas (6-HH-9) encontrou-se um fragmento de bordo liso e envasado, dando uma abertura de 264 mm de diâmetro interno. Em Conímbriga achou-se uma quase igual num estrato do séc. V (1).

Na despensa, havia também outros recipientes, de tamanho menor. Encontrámos uma urna asada (7-IH-21), de colo bastante estreito e aprumado, para a qual não há paralelo publicado nas estações mais conhecidas de Portugal (Conímbriga, Valdoça, Farrobo, Aramenha, S. André, etc.); por isso, ainda não lhe podemos atribuir uma data. Outra urna mais pequena (63-HH-25), igualmente de colo alto e estreito, tem paralelo em Conímbriga, também do séc. V (2).

Para guardar líquidos serviam as ânforas, embora nelas também se guardassem cereais. Nestes vasos altos e volumosos se transportava e armazenava vinho, azeite e até molhos à base de peixe preparados em fábricas especializadas (uma destas existia em Tróia de Setúbal). A ânfora 12-II-1 tinha provavelmente bojo cilíndrico e terminava em bico, como umas ânforas parecidas encontradas em Conímbriga e provenientes de Espanha. Estas últimas, do tipo Dressel 14/Beltran IV (3), têm uma cronologia do séc. I a II; em Conímbriga ocupavam estratos datáveis desde o tempo do imperador Cláudio até Trajano.

Preparando os alimentos

Para a preparação dos vários pratos, a dona de casa podia usar almofarizes, malgas, tachos, etc. A estação do Alto do Cidreira deu-nos bastantes bordos diferentes de almofarizes,

infelizmente até agora nenhum com vertedoiro preservado. Muitos almofarizes, mas nem todos, tinham um tal vertedoiro na época romana. Eram usados para preparar molhos de ervas, para hortaliças, peixes, etc. (4). O almofariz 12-HH-25 pode comparar-se com dois de Conímbriga datados do séc. V (5), mas também com um do sul de França datado da segunda metade do séc. I (6). Outro, o 10-HH-25, pode confrontar-se com um «prato covo» de Conímbriga, da época tardo-romana (7). Finalmente, um almofariz grande (diâmetro 421 mm) que podia ter servido para lavar hortaliça e até louça ou roupa, é a peça 37-IH-21, para que não podemos sugerir datação, visto não lhe encontrarmos paralelo exacto.

Uma tigela de tamanho bastante grande para ser utilizada na preparação de massas, etc., é a 10-HH-10. Esta peça é duma forma simples e dum fabrico grosseiro que podia ser de qualquer época romana. A peça 5-sup-77 é um tacho de pasta mais depurada, que talvez fosse também usado para servir a comida nele preparada. A forma original deste vaso podia ter sido como a de três tachos de Conímbriga, todos datados do séc. V (8).

Cerâmica de ir ao lume

Terrinas, panelas e potes serviam para ir ao lume. Terrinas, como a nossa 6-II-16, foram talvez utilizadas para estufar carne ou peixe. Desta peça só encontrámos um fragmento do bordo, todavia queremos apresentá-la porque é a única terrina até agora representada no material do Alto do Cidreira. O sulco interior servia para assentar um testo cónico, do qual infelizmente não encontrámos vestígios reconhecíveis. Uma terrina parecida, de Conímbriga, foi considerada «tardo-romana» (9).

Panelas, como a 40-HH-25, de boca larga e aberta e bordo dobrado pelo exterior, são muito abundantes entre a cerâmica do Alto do Cidreira, talvez a forma mais abundante de todas. A 40-HH-25 tem paralelos em Conímbriga e Valdoca:

a primeira datável da época trajana ⁽¹⁰⁾, a outra encontrada numa sepultura junto com uma lucerna da primeira metade do séc. I ⁽¹¹⁾. A nossa panela pode, então, datar-se de todo o séc. I e do princípio do século seguinte; contudo, este tipo de bordo foi ainda usado no séc. V ⁽¹²⁾.

Outra forma encontrada em grande abundância é o pote, também usado para cozinhar, neste caso talvez sopas, hortaliças, etc. A forma genérica está representada em vários tamanhos e feitios, assim como o 62-HH-25 com uma decoração de estrias horizontais pintadas, e com paralelo no séc. V, em Conímbriga ⁽¹³⁾. Outro pote, mais pequeno, é o n.º 21-HH-25; tinha um bocal com 154 mm de diâmetro, enquanto o do pote precedente media 204 mm. Um pote de Conímbriga, apenas semelhante, data do séc. IV e também foi encontrado num estrato de destruição ⁽¹⁴⁾. Potes pequeninos eram também necessários na cozinha romana, como o 6-HG-24 (bocal: cerca de 74 mm) nos mostra. Esta peça tem paralelos em Conímbriga (épocas flaviana e trajana e séc. IV) ⁽¹⁵⁾.

A cozinheira romana fritava, por exemplo omeletas ⁽¹⁶⁾, numa frigideira de barro, como o nosso 31-HH-25, que se pode comparar com as peças do tipo Gose 467 ⁽¹⁷⁾ datadas de meados do séc. II. O exterior da peça está queimado, com uma cor cinzento-escura, resultante do contacto com o fogo. O prato 15-IH-21 podia ter servido como frigideira, mas será possivelmente mais indicado designá-lo por «prato covo». Usava-se para vários fins na cozinha e depois podia ir à mesa com a comida. Pode datar da segunda metade do séc. IV ou de um pouco mais tarde ⁽¹⁸⁾. É um prato que imita a forma do prato Hayes 61-A, em «terra sigillata clara 'D'», de cerca de 325-400/420 ⁽¹⁹⁾.

Outros pratos de tamanho maior, mas pouco fundos, são 36-HH-25 e 25-HH-5, ambos de bocal de cerca de 320 mm de diâmetro. Possivelmente foram usados como travessas. O primeiro assemelha-se muito ao tipo 480 de Gose ⁽²⁰⁾ da primeira metade do séc. IV, o segundo ao tipo 470 ⁽²¹⁾ dos fins do séc. II.

A cerâmica de ir à mesa

A cerâmica acima descrita era toda de fabrico grosseiro, de pasta mal depurada com desengordurante às vezes abundante e sem engobes ou polimentos nas superfícies. Entre as formas designadas para ser usadas à mesa, tanto para servir a refeição como para o indivíduo comer e beber, havia outros tipos de louças, mais finas e com acabamento nas paredes, ainda dentro da chamada cerâmica «comum». Mas também encontrámos louças de pastas finas, paredes delgadas e engobadas, e de cozedura a temperaturas elevadas, assim como as «paredes finas», a «terra sigillata» e a «terra sigillata clara».

Em quase toda a época imperial romana existiu uma cerâmica fina, de pasta muito bem depurada e de cor avermelhada ou alaranjada, coberta com um engobe de cor semelhante à pasta, chamada *terra sigillata*. Começou a ser fabricada em Arezzo (Itália), durante o reinado de Augusto, pelo que é conhecida agora sob a designação de «terra sigillata aretina». Os oleiros das províncias depressa começaram a produzir imitações desta cerâmica aretina, por exemplo na Gália do Sul (*terra sigillata sudgálica*) e em Espanha (*terra sigillata hispânica*); e, a partir de cerca do ano 100 d.C., também os oleiros de Cartago começaram a fazer uma imitação de terra sigillata em tons mais claros, primeira variante da chamada *terra sigillata clara*.

De «terra sigillata clara» há, no espólio proveniente do Alto do Cidreira, uma travessa grande representada por um fragmento do bordo. Servia para o mesmo fim que as travessas acima mencionadas, ou seja, para servir a refeição à mesa. É em *terra sigillata clara 'D'*, a última variante das terras sigillatas claras, um fabrico relativamente grosseiro, de paredes geralmente fortes e com um engobe mate fino, fácil de descascar. Em geral, a cor da pasta e do engobe é um alaranjado claro e o engobe somente cobre a parte interior da peça, o bordo e a parte superior da parede externa. Surgiu pela

primeira vez cerca do ano 300 ⁽²²⁾ e perdurou talvez até ao séc. VII ⁽²³⁾. A nossa travessa 23-IH-21 é da forma Hayes 76, que o autor data de 425-475 ⁽²⁴⁾. Outra peça, 14-HH-10, do mesmo fabrico, pertence à forma mais antiga moldada nesta pasta (Hayes 58B) ⁽²⁵⁾: a parede é mais delgada, o engobe de melhor qualidade e mais aderente; a cronologia desta forma é de 290/300 a 375.

A *terra sigillata clara 'C'*, de origem africana ainda não especificada, antecede e parcialmente acompanha a «terra sigillata clara 'D'». Em geral, as paredes são muito delgadas, a pasta bem depurada, fina e dura, o engobe na maioria dos casos fino, muito aderente e com um brilho baço; as tonalidades da pasta e engobe são alaranjadas e a cronologia vai desde cerca de 200 até à primeira metade do séc. V. A travessa 1-HH-3, da forma Hayes 50 B, pertence a este fabrico e é datável do período 350-400 ⁽²⁶⁾.

Mas a cerâmica que antecede propriamente a «terra sigillata clara 'D'» é a *terra sigillata clara 'A'*, também proveniente de Cartago. Um pouco mais avermelhada que a «D», tem como ela a pasta bastante grosseira mas o engobe é grosso, brilhante e aderente, cobrindo as duas superfícies da parede; começou a ser fabricada nos fins do séc. I e perdurou até meados do séc. III.

Desta cerâmica existem muitos fragmentos no Alto do Cidreira, o que está em plena oposição ao que acontece em Conímbriga e noutras estações arqueológicas romanas do norte do País, onde a *terra sigillata 'A'* é rara ou quase não existe, mas que se coaduna com a abundância de achados registados a sul do rio Tejo. Um prato covo (3-sup-81), encontrado à superfície, deve ter servido à mesa (forma 14 A de Hayes, datável de meados do séc. II) ⁽²⁷⁾; um pratel, de 142 mm de diâmetro (4-HH-25), da época 150-200 e princípios do séc. II, talvez tenha sido usado como prato individual (Hayes forma 16) ⁽²⁸⁾.

Mais dois pratos individuais foram fabricados em *terra sigillata sudgálica*, um tipo de cerâmica muito fina, averme-

lhada, com um engobe avermelhado também, espesso e brilhante, fabricada em vários pontos da Gália do Sul durante quase todo o séc. I. O primeiro dos nossos pratos em terra sigillata sudgálica, o n.º 22-HH-10, é da forma Dragendorff 15-17 e data da época flaviana ⁽²⁹⁾; o outro (23-HH-10) pertence à forma Dragendorff 18, do reinado de Vespasiano ⁽³⁰⁾.

No entanto, para servir à mesa, não havia só peças em terra sigillata; dentro da própria cerâmica «comum» se fabricavam não só pratéis iguais ao nosso 11-IH-21, como também tigelas grandes como a 10-IH-12, de pasta bastante fina, paredes polidas e às vezes decoradas com estrias brunidas mediante um palito ou uma pedrinha. Os paralelos existentes para a peça 11-IH-21 apresentam ampla datação ⁽³¹⁾. Como paralelos para o n.º 10-IH-12 só encontramos os n.ºs 1060 e 1061 de Conímbriga, provenientes de depósitos de destruição, por isso sem datação proposta ⁽³²⁾. Tigelas mais pequenas, para servir pequenas quantidades ou, no caso da segunda peça, talvez até para beber, eram a 18-HH-5 (sem paralelo datável) e a 6-HG-23, que pertence a uma forma que imita a Dragendorff 33 de terra sigillata, forma situada cronologicamente na segunda metade do séc. I e na época trajana ⁽³³⁾.

Os recipientes para líquidos

Para levar à mesa molhos ou outras comidas líquidas (por exemplo, mel?) em pequenas quantidades, usavam-se potes pequenos — como o 25-HH-25, que tem paralelos do Alto Império em Conímbriga ⁽³⁴⁾ — e os púcaros, como os n.ºs 16-HH-25 e 10-II-1. O primeiro é comparável ao n.º 497 de Conímbriga do reinado de Trajano ⁽³⁵⁾ e às peças C 3.2 e C 3.3 de S. André, recolhidas num enterramento datável da segunda metade do séc. I, inícios do II ⁽³⁶⁾; o outro púcaro, de maiores dimensões, é semelhante à peça D 2.1(3) de S. André, de cronologia flaviana e pouco posterior ⁽³⁷⁾.

Para servir vinho ou água usavam-se jarros de gargalo

largo ou bilhas de gargalo estreito. A nossa 6-HH-8 ilustra um tal gargalo; é comparável a duas peças de Conímbriga do séc. I, princípios do II ⁽³⁸⁾, e a uma outra da necrópole de S. André (Montargil) da mesma época ⁽³⁹⁾.

Existiam recipientes de muitas formas, próprios para as pessoas beberem vinho, água ou chá. O copo 17-IH-17, para o qual não encontrámos peça semelhante datável, ainda foi fabricado numa pasta laranja «comum», mas bastante fina. Contudo, durante a segunda metade do séc. I e nos princípios do séc. II, importava-se de Espanha uma louça fina, a chamada *paredes finas*, da qual se fizeram quase exclusivamente taças e copos. É uma cerâmica com engobe geralmente alaranjado e de brilho metálico. A escassez deste fabrico no Alto do Cidreira pode indicar que o local não foi, durante esse período, nem intensa nem persistentemente ocupado. Até agora somente encontrámos uma única peça de «paredes finas», a 1-sup-77: pertence à forma Mayet LIII e data da segunda metade do séc. I ⁽⁴⁰⁾. O n.º 13-HH-10 é um fragmento duma taça em cerâmica comum, que imita a forma mais corrente de «paredes finas».

Devem datar sensivelmente da mesma época as taças 9-HI-7 — em «terra sigillata hispânica» da forma Dragen-dorff 27 ⁽⁴¹⁾ — e 1-HG-25, também em «terra sigillata hispânica» da forma Ritterling 8 ⁽⁴²⁾.

Nos séculos seguintes, o *vidro* era o material preferido para taças e copos. Infelizmente, encontrámos muito pouco vidro romano nas escavações do Alto do Cidreira; não podemos, pois, publicar por enquanto peças que devem ter sido usadas em lugar das taças de «paredes finas» ou terra sigillata nos tempos mais tardios. A única taça datável do último período de ocupação da *villa* é a 6-IH-16, uma peça em cerâmica cinzenta do tipo «paleocristã estampada», forma Rigoir 6; esta peça e um prato, também ele em cerâmica «paleocristã cinzenta», mantemo-los inéditos, por necessitarem de um estudo mais aprofundado.

Em suma

As peças acima apresentadas foram seleccionadas para melhor ilustrarem a gama de cerâmica de que dispunha a dona de casa romana e não por serem as formas mais frequentes (estas são as panelas do tipo representado por 40-HH-25 e os potes do tipo 21-HH-25).

A datação da *villa* terá de circunscrever-se a esta cerâmica, até porque a própria escavação, por ser pouco funda e num terreno muito remexido, não deu estratigrafia capaz de datar as diferentes épocas de habitação.

A nossa escolha, no entanto, parece ser representativa de toda a cerâmica do ponto de vista da cronologia: de facto, temos umas primeiras peças dos meados do séc. I; regista-se mais abundância de cerâmica nos fins desse século e nos princípios do seguinte; do séc. III há relativamente poucos achados, para de novo abundarem nos séculos IV e V. Estes dados devem indicar sensivelmente a cronologia da *villa*: uma primeira ocupação na segunda metade do séc. I e primeira metade do séc. II; talvez uma desistência parcial nos fins do séc. II e durante o séc. III; finalmente, uma ocupação importante nos séculos IV e V.

Todavia, um estudo mais aturado da cerâmica — que ainda está por fazer — poderá eventualmente alterar estas conclusões.

Conclusão

Não queremos, porém, terminar sem uma palavra de apreço ao executivo municipal, na pessoa do seu presidente, Dr. Carlos Rosa, e do vereador Dr. António de Sousa Lara mais directamente ligado à problemática do património arqueológico concelhio.

Apoiaram incondicionalmente os trabalhos, que visitaram (*foto 8*), e se os trâmites processuais não têm sido tão rapidamente eficientes quanto o desejaríamos, sabemos que a falta não é sua.

Para eles, para o executivo da Câmara de Cascais, o nosso reconhecimento — defendendo e valorizando o património, pugnamos iniludivelmente por uma causa justa.

NOTAS

- (1) ALARCÃO (J. de), *Cerâmica comum local e regional de Conímbriga*, Coimbra, 1974 (=ALARCÃO, *Comum*), n.º 928, p. 127, Est. LII.
- (2) ID., *ibid.*, n.º 877, p. 123, Est. XLVII.
- (3) ALARCÃO (J. de), DELGADO (M.), MAYET (F.), ALARCÃO (A. Moutinho) e PONTE (S. da), *Fouilles de Conímbriga VI, Céramiques diverses et verres*, Paris, 1976, (=Fouilles VI) n.ºs 35-40, p. 86 e 90, Est. XXI-XXII.
- (4) ALARCÃO, *Comum*, p. 33.
- (5) ID., *ibid.*, n.ºs 688 e 689, p. 111, Est. XXXII.
- (6) SANTROT (M.-H. et J.), *Céramiques Communes Gallo-Romaines d'Aquitaine*, Paris, 1979, n.º 186, p. 111.
- (7) ALARCÃO, *Comum*, n.º 648, p. 107, Est. XXX.
- (8) ID., *ibid.*, n.ºs 806 e 810, p. 118, Est. XLI.
- (9) ID., *ibid.*, n.º 733, p. 114, Est. XXXVI.
- (10) ID., *ibid.*, n.º 415, p. 84, Est. XX.
- (11) ALARCÃO (J. e A. M. de), *O espólio da necrópole de Valdoca (Aljustrel)*, «Conímbriga», V, 1966, (=ALARCÃO, *Valdoca*), n.º 59-1, p. 25, Est. VI.
- (12) ALARCÃO, *Comum*, n.ºs 693-695, p. 111, Est. XXXIII.
- (13) ID., *ibid.*, n.º 710, p. 112, Est. XXXIV.
- (14) ID., *ibid.*, n.º 891, p. 124, Est. XLVIII.
- (15) ID., *ibid.*, n.º 395, p. 82, Est. XVIII, e n.º 140, p. 57, Est. VII.
- (16) ID., *ibid.*, p. 33.
- (17) GOSE (E.), *Gefäßstypen roemischen Keramik in Rheinland* (Bonner Jahrbucher, 1), Kevelaer, 1950, p. 40, Est. 45.
- (18) ALARCÃO, *Comum*, n.º 643, p. 107, Est. XXX, do séc. IV-V; GOSE, *op. cit.*, n.º 474, p. 41, Est. 45, da segunda metade do séc. IV.
- (19) HAYES (J. W.), *Late Roman Pottery, a catalogue of Roman fine wares* (The British School at Rome), London, 1972, (=HAYES, 1972), forma 61 A-4 e 7, p. 100-107, fig. 17.
- (20) GOSE, *op. cit.*, p. 41, Est. 46.
- (21) ID., *ibid.*, p. 40, Est. 45.
- (22) HAYES, 1972, p. 291.
- (23) HAYES (J. W.), *Supplement to Late Roman Pottery*, (The British School at Rome), London, 1980, p. 518.
- (24) HAYES, 1972, p. 124-125, fig. 21.
- (25) ID., *ibid.*, p. 93-96, fig. 14.
- (26) ID., *ibid.*, p. 69-73, fig. 12-56.
- (27) ID., *ibid.*, p. 39-41, fig. 6.
- (28) ID., *ibid.*, p. 41-42, fig. 6.

- (²⁹) DELGADO (M.), MAYET (F.), ALARCÃO (A. Moutinho), *Fouilles de Conimbriga IV, Les Stigillées*, Paris, 1975, n.ºs 199, 200, 201, p. 93, 104-105, Est. XXVII.
- (³⁰) ID., *ibid.*, n.ºs 223 e 224, p. 93, 107, Est. XXIX.
- (³¹) Cfr. ALARCÃO *Comum*, n.º 638, p. 107, Est. XXIX, datada do séc. V; GOSE, *op. cit.*, n.º 469, p. 40, Est. 45, da segunda metade do séc. II; NOLEN (J. U. S.) e DIAS (M. L.), *A Necrópole de Santo André, parte II, Os materiais*, «Conimbriga», XX, 1981, n.º E 5.15, p. 93, 156, Est. LVI, dos fins do século I — inícios do séc. II (p. 133-134).
- (³²) ALARCÃO, *Comum*, p. 142, Est. LX.
- (³³) *Fouilles IV*, p. 185.
- (³⁴) ALARCÃO, *Comum*, n.º 479, p. 90, Est. XXIII.
- (³⁵) ID., *ibid.*, p. 91, Est. XXXIII.
- (³⁶) NOLEN, *op. cit.*, p. 87-88, 132, 139, Est. V.
- (³⁷) ID., *ibid.* p. 88-90, 130, 145, Est. XIV.
- (³⁸) ALARCÃO, *Comum*, n.º 508, p. 92, Est. XXIV, de datação séc. I — inícios do séc. II; n.º 459, p. 86, Est. XXII, de datação flaviana.
- (³⁹) NOLEN, *op. cit.*, n.º D 11.3, p. 78-79, Est. XIX, encontrada num enterramento dos fins do séc. I — inícios do séc. II, p. 133.
- (⁴⁰) MAYET (F.), *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*, Paris, 1975, n.º 621, p. 114-115, Est. LXXIV.
- (⁴¹) *Fouilles IV*, n.º 275, p. 193, Est. L, datada dos fins do séc. I até meados do séc. II.
- (⁴²) ID., *ibid.*, n.º 193, p. 183, 186, Est. XLV.



A magnífica panorâmica que se abarca para sul do Alto do Cidreira, sobre a desembocadura do Tejo



A mini-máscara em terracota: representa decerto um escravo africano, num realismo impressionante. É um achado raro. Foi comprada pelo Sr. D. António de Castelo Branco, que a ofereceu ao Museu Condes de Castro Guimarães, de Cascais

Uma das moedas mais bem conservada — traz a efigie de Júlia Mamaia, que faleceu em 235 da nossa era. O achado de moedas dá preciosas chegadas à datação dos monumentos





Um instantâneo da campanha de 1981, quando se começava a definir o edifício senhorial



A grande sala do sul. Note-se o pavimento intacto, em formiçãõ, a parede leste com a porta sensivelmente a meio



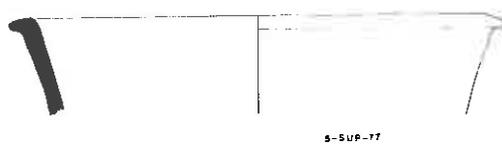
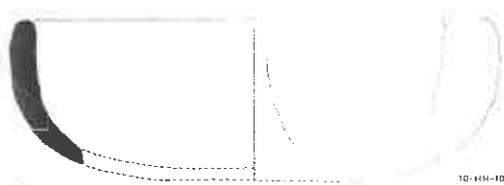
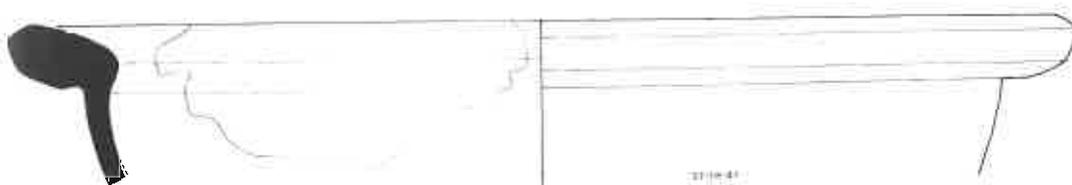
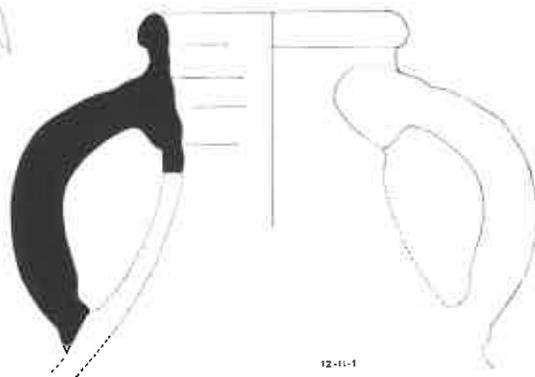
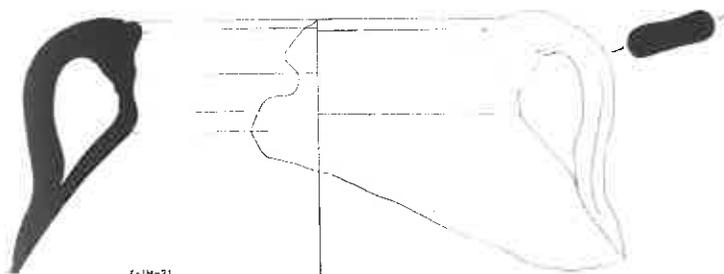
O maior fragmento de mosaico encontrado em 1981. É a preto e branco e tem motivos geométricos. No arranque e consolidação dos mosaicos, a equipa recebeu pronta colaboração do Museu do Mar



Dois pesos de tear intactos. Pela forma, pertencem a épocas diferentes, o que documenta a existência duma actividade têxtil duradoura

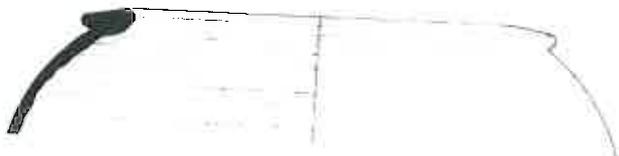


Uma fotografia que consideramos simbolo do renovado interesse da autarquia pelo património arqueológico concelhio — o Presidente da Câmara de Cascais, acompanhado da Dr.ª Maria de Lurdes Sousa Martins, ouve as explicações dum de nós (J. d'E.) acerca do andamento dos trabalhos em 1981





6-II-16



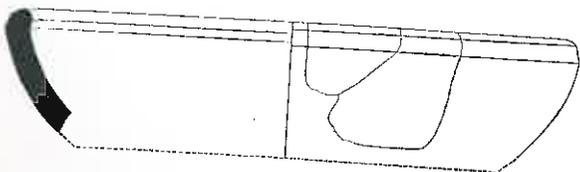
40-IIH-26



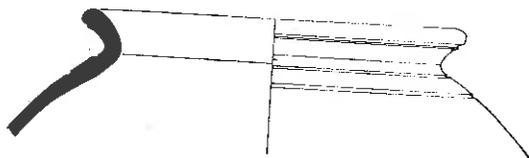
82-IIH-25



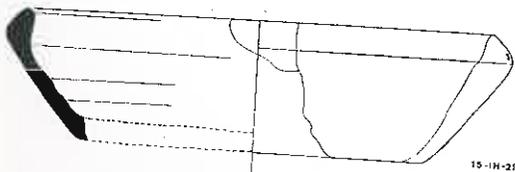
8-HG-24



31-IIH-25



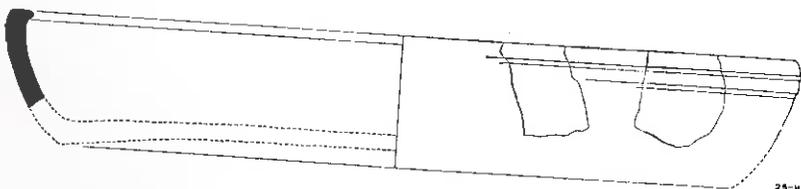
21-IIH-35



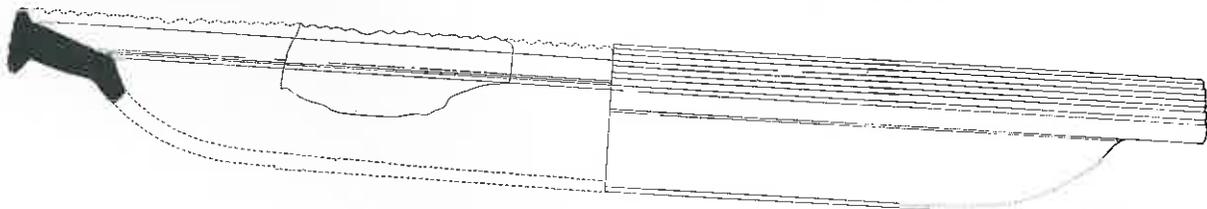
15-IIH-21



38-IIH-25



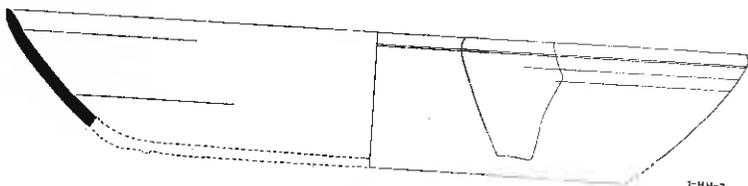
25-IIH-5



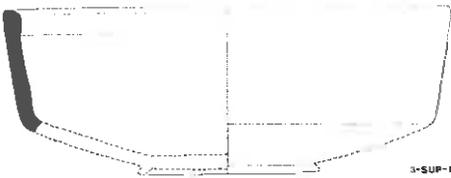
23-IIH-21



14-IIH-10



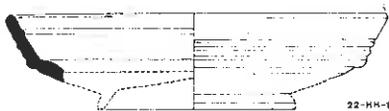
1-IIH-3



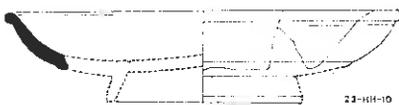
3-SUP-81



4-HH-28



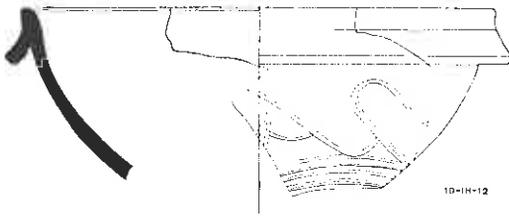
22-HH-10



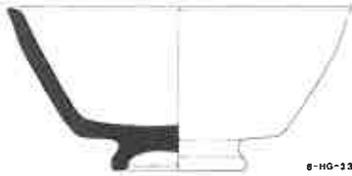
23-HH-10



11-HH-21



10-HH-12



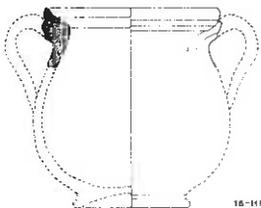
6-HG-33



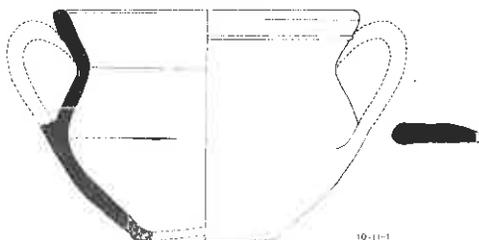
18-HH-5



25-HH-25



16-HH-28



10-II-1



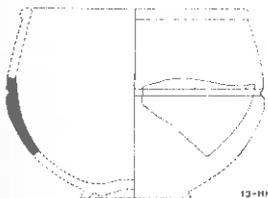
6-HH-2



17-HH-17



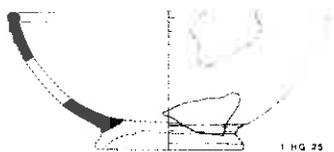
1 SUP-77



13-HH-10



9-HH-7



1 HG 25